

ESTADO DE GOIÁS
POLÍCIA MILITAR
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DEPARTAMENTO DE ENSINO

A Implantação do Sistema Cooperativo de Ensino
para Dependentes de Policiais Militares

Oficial - Aluno: Rômulo Marcos de Souza

MONOGRAFIA CAO-93

Goiânia, Go / 1993

RÔMULO MARQUES DE SOUZA - CAP PMGO

**A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA COOPERATIVO DE ENSINO PARA
DEPENDENTES DE POLICIAIS MILITARES**

*Trabalho Técnico-Profissional apresenta
do à Academia de Polícia Militar do Es
tado de Goiás, como exigência parcial,
para aprovação no Curso de Aperfeioa
mento de Oficiais.*

ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR

GOIÂNIA - AGOSTO DE 1993

AGRADECIMENTOS

A minha princesinha por todos os difíceis momentos que soube suportar e pelo apoio dado em todas as circunstâncias de nossas vidas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	03
<u>CAPÍTULO I</u>	
I - EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA.....	05
1.1 - Educação Cooperativista em Goiás.....	07
<u>CAPÍTULO II</u>	
II - COOPERATIVAS DE ENSINO: UMA ALTERNATIVA EDUCACIONAL.....	13
2.1 - Histórico das Cooperativas de Ensino.....	15
2.2 - Quadro Demonstrativo das Cooperativas de Ensino no Estado de Goiás.....	18
2.3 - A Estrutura das Cooperativas de Ensino.....	31
<u>CAPÍTULO III</u>	
III - COOPERATIVA EXISTENTE NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS.....	34
3.1 - A Viabilidade de Implantação do Sistema Cooperati vo de Ensino para Dependentes de Policiais Mili res.....	35
CONCLUSÃO.....	37
BIBLIOGRAFIA.....	39

INTRODUÇÃO

As Cooperativas de Ensino surgidas no final da década de 80, em Goiás, têm despertado interesse e curiosidade sobre sua real origem e estruturação. Este segmento veio projetar o Estado de Goiás no sistema cooperativista, tornando-o referência para outras iniciativas a nível nacional.

A origem deste segmento cooperativista se deu a partir de uma iniciativa privada, que foi capaz de aproveitar os indicadores da política, da economia e da própria história para auxiliar a sociedade civil a encontrar alternativas pedagógicas viáveis para a educação escolar no Brasil.

A criação deste novo segmento cooperativista, exigiu maior integração e cooperação entre as pessoas na solução do problema educacional vivenciado pelos pais. Um dos postulados das Cooperativas de ensino é a necessidade de um compromisso dos associados com uma escola democrática que ensine bem e que responda pela qualificação intelectual, cultural, política e profissional de sua clientela.

Analisar as Cooperativas de Ensino é tentar compreender até que ponto a criação de uma escola caracterizada como cooperativista pode conduzir seus participantes a uma mudança de comportamento. É necessário, portanto, identificar os elementos geradores desta possível mudança, tendo claro as causas que nortearam o surgimento destas escolas e o desempenho didático-pedagógico dos mesmos. A prática didático pedagógica exercida nestas escolas diferenciam-nas das escolas particulares e públicas? Como esta nova escola irá contribuir para a formação da cidadania?

A investigação de tais questões será delimitada ao espaço ao cooperativismo goiano, isto é, ao pequeno grupo de cooperativas de ensino já existentes, onde cada cooperativa é possuidora de características próprias e, ao mesmo tempo, de elementos e problemas comuns quanto à sua estruturação interna e externa. Estas cooperativas, em sua maioria, estão inseridas em cidades interioranas onde a atividade econômica predominante é a agropecuária. O cooperativismo nesta região enfrenta problemas peculiares: defender, em sociedades tradicionais, a criação de uma escola eficiente e democrática.

Este estudo pretende identificar, além da organização do cooperativismo de ensino, a Implantação do Sistema Cooperativo de Ensino para Dependentes de Policiais Militares.

I - EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA

A idéia de uma educação cooperativista acontece qua se que proféticamente através dos pioneiros de Rochdale, quan do sentem a necessidade de formar uma biblioteca coletiva e de promover alguns cursos sobre os mais variados assuntos. Assim que este grupo foi criado, começaram a arrecadar fundos e li vros com a intenção de formar a cooperativa e de montar sua bi blioteca.

Os pioneiros assumem, então, o hábito de reunirem-se, periodicamente, para manterem-se informados sobre as novidades sócio-econômicas e discutirem sobre os mais variados assuntos do interesse do grupo. O grupo, portanto, dedica-se a sua auto educação e a formação permanente de adultos.

A partir deste momento a biblioteca é ampliada e o cooperativismo passa a expandir-se a nível mundial. Conseqüentemente, a educação é introduzida na vida das novas sociedades cooperativas bem como, a arrecadação voluntária de fundos para a sua realização.

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

O princípio educativo passa a ser assumido de forma mais determinante e concreta, e faz com que o Congresso de Viena, em 1966 determine que todas as cooperativas tomarão providências para formar um fundo de educação, destinado aos sócios, aos dirigentes e ao público em geral. Desta forma torna-se obrigatória a formação cooperativa e técnica do quadro social e funcional estendendo esforços à conscientização da sociedade sobre a ideologia, conceitos e a difusão do cooperativismo.

O interessante de se observar é que o princípio da educação cooperativista está diretamente ligado à arrecadação deste fundo para a educação. Com o passar do tempo esta arrecadação é lavrada em Estatuto Social e conhecido como "desconto para a educação, que será gerido por um grupo de pessoas que desenvolverão ao dia a dia das cooperativas, a chamada educação cooperativista.

O processo educativo considera a educação como um dos instrumentos mais eficientes do processo de socialização. A educação assume a função de comunicar e criar condições, que possibilitem às pessoas serem criativas, inovadoras, capazes de modificar e/ou adaptar novas idéias e valores.

Esta educação apresenta duas faces: a da conservação da ordem vigente ou a da mudança. A conservação, quando empregada para reforçar a manutenção do sistema capitalista, rejeitando as possíveis modificações. A educação propiciará mudanças na medida em que for encarada como um instrumento apto a

instaurar uma nova sociedade.

A educação cooperativista parece ter que ser provocadora de mudanças substituindo a médio e a longo prazo a configuração sócio-econômica da empresa, promovendo o bem estar de todos. O caráter individualista deverá ser combatido evitando assim a promoção de uma minoria privilegiada.

A pretensão da educação cooperativista é de superar esta situação, criando novos valores, novos padrões de comportamento que privilegiem o processo social da cooperação e que canalize tal processo através de estruturas ou organizações racionais e eficazes. Promoverá desta forma uma crescente participação de todos nas decisões político-econômicas e nos bens e serviços produzidos pelo sistema, visando desta forma que "cada pessoa possa saber mais e ser mais útil e assim mais pessoa". (1)

1.1 - Educação Cooperativista em Goiás

As transformações históricas, políticas, econômicas e sociais ocorridas no Brasil neste final de século, refletem de maneira significativa no cooperativismo goiano, que hoje, já congrega vários segmentos econômicos.

(1) FRANTZ, Walter. *Perspectiva Econômica* (31):146.

A maneira em que se processou a estruturação do cooperativismo, tutelando pelo Estado, o deixou exposto a uma realidade que exige uma adequação em seus aspectos filosóficos e empresariais.

Objetivando resgatar os valores cooperativos muito se tem falado em educação nos últimos anos, entretanto, pouco foi praticada. O início deste trabalho data-se de 1980 para cá. E, parcela do que foi desenvolvido não obteve sucesso ou foi estruturado inadequadamente, onde poucas iniciativas obtiveram resultados. Os trabalhos realizados foram mais de comunicação de informações de que um trabalho realmente educativo.

O desenvolvimento deste trabalho se processou nas cooperativas agropecuárias e até hoje, outros segmentos ainda não conseguiram dar uma dimensão educativa à vida de suas cooperativas.

O espaço dedicado ao trabalho de educação está limitado a área de ação da cooperativa que envolve o quadro social, funcional e de dirigentes. Este trabalho desenvolve-se sob a responsabilidade do "Agente de Capacitação". Porém, o grande entrave aparece com a visão dicotômica do dirigente e do agente. O trabalho de educação é exigido pelo dirigente como resposta a otimização do fator econômico em detrimento do social. A educação ainda é vista como ação de segundo plano. Os seus resultados são lentos e não produz de imediato acréscimos à economia da cooperativa. A educação é processo. É um investimento a médio e longo prazo, porém é vista, pelo quadro diretivo

e social, com características de gasto ou até mesmo de investimentos sem retorno.

A conscientização da diretoria da cooperativa é um processo talvez mais complexo do que o do próprio quadro social. As direções podem ser caracterizadas como despreparadas e sem qualificação para o exercício da prática cooperativista. A sua visão é estritamente econômica e individualista. Consequentemente centralizadora e autoritária. Os dirigentes devem ser preparados para o enfrentamento dos conflitos que se instalam na prática cooperativista.

A capacitação profissional do quadro funcional também deve ser desenvolvida buscando desta forma a eficiência da empresa. Para tal são oferecidos a nível local ou a nível estadual, pela entidade de representação do sistema cursos que venham capacitar e dar respostas às possíveis necessidades da cooperativa.

A implantação do trabalho de educação exige que seja feito um diagnóstico da situação da cooperativa e um planejamento de atividades. É indispensável que o agente acompanhe este processo de implantação com a finalidade de conhecer um pouco melhor a região, considerando a situação geográfica, a área de ação, as potencialidades econômicas e sociais, as atividades que desenvolvem e os aspectos históricos, econômicos e sociais dos associados da cooperativa. Estas preocupações, permitem a formulação de práticas educativas que estimulem e levem a organização do quadro social, para que os associados, a par

tir de suas próprias necessidades e interesses encontrem as respostas para os problemas de suas cooperativas. Entretanto, a grande maioria das cooperativas goiana, e por que não dizer do Brasil, nunca tomaram iniciativas com o propósito de organizar o seu quadro social, como resposta à praxis educativa.

A maneira como foram criadas e formadas as cooperativas, de cima para baixo, a partir de ações e fomento de instituições governamentais, levou a que indivíduos se associassem às cooperativas sem ter uma real compreensão do seu significado. Conseqüentemente, as diretorias destas cooperativas, deixam aquêm os princípios e valores cooperativistas e demonstram pouco interesse no desenvolvimento de um trabalho de educação, como conjugação do quadro social, funcional e diretivo.

O trabalho de educação numa perspectiva crítica, que leve a uma reflexão mais profunda sobre o cooperativismo é vital para a compreensão da importância da participação nos indivíduos, como envolvimento sistemático na vida societária, na construção de sua história, na reprodução das relações políticas e sociais. Portanto, é necessário contextualizar a cooperativa dentro de um todo e ter perspectiva de globalidade. Paulo Freire insiste que

"não é possível um compromisso verdadeiro com a realidade, e com os homens concretos que nela e com ela estão, se desta realidade e destes homens se tem uma consciência ingênua. Não é possível um compromisso autêntico se, àquele que se

julga comprometido, a realidade se apresenta como algo dado, estático e imutável. Se este olha e percebe a realidade fechada em departamentos. Se não se vê e não a capta como uma totalidade cujas partes se encontram em permanente interação. Daí sua ação não poder incidir sobre as partes isoladas, pensando que assim transforma a realidade, mas sobre a totalidade. É transformando a totalidade que se transformam as partes e não o contrário. No primeiro caso, sua ação, que estaria baseada numa visão ingênua, meramente **focalista** da realidade não poderia constituir um compromisso."(2)

Desta forma o que se coloca então é a necessidade da gestão democrática. Todos participam efetivamente da vida da cooperativa em todos os níveis: planejamento, execução, resultados, avaliação, constituindo instrumentos de base que permitam a participação de todos. A educação torna-se necessidade básica para a participação e para construir relações democráticas.

Os programas de educação desenvolvidos nas cooperativas possuem uma linha diretiva oriunda de entidades de repre

(2) FREIRE, Paulo. Educação e mudança. p. 21.

sentação do sistema. De um lado encontramos as OCE's - Organizações Estaduais e de outro lado a OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras, que buscam subsídios necessários junto às suas filiadas para a elaboração de programas de educação e de desenvolvimento cooperativista.

Neste sentido, a Organização das Cooperativas do Estado de Goiás - OCG tenta dar suporte, quando solicitada, às iniciativas de formação e criação de cooperativas com o intuito de resgatar os valores e credibilidade do sistema. Há de se crer que a proliferação de cooperativas e de novos segmentos no Estado de Goiás a partir de 1970, de forma desordenado, é de forma participativa e que viesse realmente colaborar com o desenvolvimento da região. Entretanto, o que se vê são alguns elementos que pensam na cooperação, porém não conseguem **mobilizar** a sociedade local para a organização de um **cooperativismo autêntico**.

II - COOPERATIVAS DE ENSINO: UMA ALTERNATIVA EDUCACIONAL

"A escola não é um feudo da classe dominante, ela é um terreno da classe dominante e a classe explorada. Ela é terreno que se defrontam as forças do progresso e as forças conservadoras. O que se passa na escola, reflete a exploração. Ela é simultaneamente reprodução das estruturas existentes, correia de transmissão da ideologia oficial, mas também ameaça à ordem estabelecida e possibilidade de libertação. A escola é uma instabilidade, mais ou menos aberta a nossa ação". (3)

O saber utilizar a educação com espaço de mudança vem exigir dos educadores disponibilidade de ação e visão crítica na busca de alternativas eficientes à crise educacional. Esta situação tem gerado necessidade de uma discussão mais ampla e

(3) GADOTTI, Moacir. Concepção dialética da educação, p. 150.

que vai se alargando e tomando corpo na perspectiva de provocar mudanças qualitativas às propostas educacionais. Dentro desta perspectiva a participação dos educadores tem provocado reflexões críticas quanto à educação pública e particular. No primeiro, o Estado está perdendo a sua credibilidade e legitimidade em apresentar propostas. De outro lado a escola particular, foge ao alcance da classe média e passa a ser privilégio de poucos setores da sociedade brasileira.

Diante deste impasse educacional e econômico, grupos de pais se organizam em busca de alternativas de Educação de 1º e 2º graus para seus filhos. Surgem então, as **Cooperativas de Ensino** como resposta ao baixo desempenho das escolas públicas em todo o Brasil e aos altos custos a rede particular, a gravados pela qualidade nem sempre satisfatória. É um novo passo dentro do sistema cooperativista que exige clareza em suas propostas e ações.

As Cooperativas de Ensino não são simples propostas alternativas ao ensino público ou particular. Ao Estado compete os deveres constitucionais de garantir escola para todos e esta obrigação deve ser fiscalizada pela sociedade. A Cooperativa de Ensino não pretende retirar do Estado a responsabilidade de gerar o processo educacional, mas em função da falência do Estado brasileiro, fez-se necessário que se estruturasse um novo tipo de escola.

Esta nova forma de organizar escolas é uma opção a ser assumida, por qualquer grupo que pretenda proporcionar uma

educação com qualidade a seus filhos. Este novo segmento vem exigir que a prática da educação e da cooperação não sejam tomados como conceitos ou fenômenos sociais isolados em si mesmos, distantes da realidade que os envolvem. Uma cooperativa de ensino está comprometida com um tipo de educação democrática, onde as decisões são tomadas em conjunto e em sua estrutura estão presentes os princípios cooperativistas que deveriam nortear o cotidiano da escola.

2.1 - Histórico das Cooperativas de Ensino

O final da década de 80 é privilegiado com o surgimento de um novo segmento cooperativista o de ensino. A sua origem se dá como resposta à crise educacional vivenciada pelo país.

Diante desta situação, grupos de pais, movidos pela necessidade de resolverem o problema, se dispõem em espírito de busca e de entre ajuda discutirem o problema comum, educação.

O enfrentamento da crise exigiu que se definisse uma estratégia de resolução do problema educacional. Definida, a forma de ser cooperativa, é preciso iniciar a construção desta estrutura. Tendo em vista que os futuros sócios, no interior do Estado de Goiás, são conhecedores de experiências da mesma natureza decidem, então, organizar e viabilizar as estratégias

de ação. Distribuem-se em grupos para a realização de tarefas e reúnem-se, periodicamente para avaliarem os resultados alcançados.

As Cooperativas de Ensino estão situadas em pequenas e médias cidades do interior do Estado de Goiás, com a exceção de uma localizada em Goiânia, onde se depara com um problema comum: a falta de local adequado para o funcionamento da escola. Quando se encontram a condição estabelecida é a de mercado, o aluguel. Em algumas localidades a prioridade é construir, de imediato, a sede própria a contento dos associados, como é o caso das Cooperativas de Ensino de Pontalina e de Edéia.

Os profissionais que trabalharão nesta escola são escolhidos com cuidado e, caso a diretoria julgue que a cidade não os tem serão buscados em lugares mais próximos. Este fato veio gerar ansiedade e animosidade entre os profissionais e escolas locais. Desta forma a nova escola apresenta-se como marginalizada e marginalizadora de uma categoria profissional.

As primeiras Cooperativas de Ensino estão localizadas nas cidades de Itumbiara e Inhumas. A de Itumbiara, se tornou mais conhecida através do marketing desenvolvido por seus fundadores e a sua filiação junto a seu órgão de representação política, a Organização das Cooperativas do Estado de Goiás - OCG e a segunda permanece no anonimato, tornando-se conhecida apenas em seu local, pela eficiência e clareza de sua proposta educacional.

A partir destas iniciativas o segmento se consolida em diferentes cidades do interior do Estado de Goiás. Hoje, conta-se com 09 (nove) Cooperativas de Ensino filiadas à Organização das Cooperativas do Estado de Goiás - OCG. (ver Quadro I).

2.2 QUADRO DEMONSTRATIVO DAS COOPERATIVAS DE ENSINO NO ESTADO DE GOIÁS

SALTO	FUNCIONAMENTO		Nº ALUNOS					INFORMAÇÕES 1992														Nº ASSOCIADOS
								MATRÍCULAS EFETUADAS				TOTAL PROFESSORES				FORMAÇÃO PROFESSORES				SEDE PRÓPRIA		
	COOP	ESC.	1988	1989	1990	1991	1992	JD	PRÉ	1º G	2º G	JD P	1º G	2º G	2º G	3º GRAU		P G	M S	SIM	NÃO	
																INC.	COM.					
A	1988	1988	81	118	145	158	249	-	-	138	81	-	15	15	04	01	16	11	01		X	318
B	1988	1989	-	339	327	304	225	-	39	136	38	03	18	11	-	11	21	-	-		X	375
C	1988	1989	-	52	181	158	135	-	-	74	63	-	14	16	04	07	11	-	-		X	230
D	1988	1989	-	172	207	385	460	28	49	223	111	06	17	16	06	07	11	10	-		X	509
E	1988	1989	-	168	146	158	110	20	19	81	-	03	10	-	04	02	06	01	-	X		125
F	1988	1989	-	178	137	262	237	-	-	178	91	-	15	09	07	04	07	-	-	X		230
G	1989	1990	-	-	112	191	211	12	19	144	39	02	15	09	08	03	08	01	-	X		150
H	1991	1991	-	-	-	186	122	08	08	85	10	02	09	05	07	03	04	03	-		X	160
I	1991	1992	-	-	-	-	552	45	59	435	-	06	22	-	-	06	22	05	02		X	300
TOTAL			81	1027	1255	1802	2301	113	193	1494	433	22	135	81	40	44	106	31	03	03	06	2397

FONTE: Secretarias das Escolas das Cooperativas de Ensino.

LEGENDA:

- A - COOPERATIVA DE ENSINO DE ITUMBIARA (CEI) - COLÉGIO CORA CORALINA
 B - COOPERATIVA DE ENSINO DE QUIRINÓPOLIS (CEQ) - COLÉGIO ED. DE QUIRINÓPOLIS
 C - COOPERATIVA DE ENSINO DA CIDADE DE GOIÁS (COOPECIGO) - COLÉGIO ALTERNATIVO
 D - COOPERATIVA DE ENSINO DE RIO VERDE (COOPEN) - COLÉGIO S. TOMÁZ
 E - COOPERATIVA DE ENSINO DE ACREÚNA (COENA) - COLÉGIO S. BENEDITO
 F - COOPERATIVA DE ENSINO DE PONTALINA (CEP) - COLÉGIO INTEGRAÇÃO
 G - COOPERATIVA DE ENSINO DE EDÉIA (CEDEL) - COLÉGIO COOPERATIVA EDUCACIONAL DE EDÉIA
 H - COOPERATIVA DE ENSINO DE JARAGUÁ (CENJA) - EDUCANDÁRIO GENIOS
 I - COOPERATIVA DE ENSINO DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL (CEFUNBB-GO) - COLÉGIO SÃO PAULO

A) Cooperativa de Ensino de Itumbiara - CEI mantenedora do Colégio Cora Coralina.

Permanece em funcionamento desde a sua fundação em 1988 sob a presidência e direção de Sheila Paiva de Andrade, sua fundadora. A escola conta com 249 alunos sendo 138 para o 1º Grau, compreendendo da 3ª a 8ª série do 1º Grau e 81 alunos nas três (03) séries do 2º Grau. Atualmente, está funcionando em prédio cedido pela Faculdade local e está em processo de viabilização para a construção de sua sede própria.

O seu corpo docente é habilitado em áreas específicas e com especializações. Trabalham também em escolas locais e na Faculdade existente na cidade.

A estrutura curricular interna oferece ao alunado atividades extras como língua estrangeira e ginástica, em horário diferente das de aulas. É a única escola que apresenta em sua grade curricular, aprovada pelo Conselho Estadual de Educação, a disciplina de Cooperativismo.

O aspecto da cooperação tenta ser trabalhado no dia a dia da escola. E a participação, é buscada através do envolvimento dos pais associados com festas e promoções, angariando recursos para subsidiar as despesas da Cooperativa e fazer fundo para a construção da sede própria.

Os alunos buscam a gincana esportiva e literária e outros eventos para competirem com as escolas locais e mesmo

com as cooperativas de ensino do sistema.

O seu quadro social é composto de 318 associados.

B) COOPERATIVA DE ENSINO DE QUIRINÓPOLIS (CEQ) mantenedora do Colégio Educacional de Quirinópolis

Fundada em 1989. A sua primeira presidente foi a Sra. Maria Marlene de Oliveira Dantas. Hoje, quem responde por esta função é o Sr Paulo Sebastião P. Leme. O seu quadro social é composto de 375 associados.

Estão matriculados nesta escola 225 alunos sendo 39 no Pré-escolar, 136 no 1º Grau e 38 no 2º Grau. Desde a sua fundação funciona em prédio cedido pela prefeitura local e mantém contrato firmado para uso até o ano de 2005.

O seu corpo docente atende às necessidades e a realidade local. A escola conta com 31 professores sendo que 21 possuem o 3º Grau em diferentes áreas. Estes profissionais, às vezes, chegam a trabalharem em duas ou mais escolas.

A origem desta cooperativa foi assessorada pela A GROVALE (Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Vale do Paraíba Ltda), onde a maioria de seus sócios são comuns. Este apoio provocou questionamentos quanto a origem da cooperativa de ensino. A maioria da população e até os sócios consideravam a nova cooperativa, como sendo extensão da AGROVALE. Isto veio

dificultar à Cooperativa de Ensino na condução da sua vida própria. Hoje, acredita-se que este impasse já tenha sido superado. Porém, há a necessidade de realizar um grande trabalho de conscientização e organização do quadro social, tendo em vista o bom funcionamento da escola.

C) COOPERATIVA DE ENSINO DA CIDADE DE GOIÁS (COOPECI-GO) mantenedora do Colégio Alternativo

Esta escola foi fundada em 1989 com o nome de Colégio Lyceu de Goiáz. Por exigência do Conselho Estadual de Educação e Delegacia Regional de Ensino da Cidade de Goiás, foram solicitados a mudarem o nome da escola, por que já existia no Estado outra escola de tradição comprovada com a mesma denominação.

O presidente fundador desta cooperativa ainda permanece o mesmo o Sr. Idelmar de Paiva Neto.

A escola conta com 135 alunos na 2ª Fase do 1º Grau e 2º Grau. O seu quadro de professores pertence também a outras escolas da cidade. Quase todos os professores possuem o 3º Grau completo. O seu quadro social está representado por 230 associados.

Funciona em prédio cedido pela Universidade Federal de Goiás (UFG).

D) COOPERATIVA DE ENSINO DE RIO VERDE (COOPEN) mantenedora do Colégio São Paulo

Foi fundada em 1989. É presidida pelo Sr José Lopes Ribeiro. Esta cooperativa nasceu com o apoio da Cooperativa CO MIGO (Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano Ltda), situada em Rio Verde. Seu quadro social é de 509 associados.

A escola tem 460 alunos matriculados atendendo ao pré-escolar, jardim, 1º e 2º Graus. Realiza anualmente a Feira de Ciências que proporciona uma abertura da mesma à comunidade local divulgando a criatividade e a produção intelectual de seus alunos. Mantém um pequeno Jornal intitulado "Informativo Coopen", com periodicidade irregular. Por ocasião da feira de ciências de 1991 a escola editou a sua primeira revista com o objetivo de divulgar a escola e valorizar o trabalho do corpo docente e discente. Como recursos didático-pedagógicos possui laboratórios, uma biblioteca e todo material do método Montessori, aplicado no período preparatório e 1ª fase do 1º Grau, vídeos e outros recursos necessários às disciplinas ministradas.

E) COOPERATIVA DE ENSINO DE ACREÚNA LTDA (COENA) mantenedora do Colégio São Benedito.

Foi fundada em 1989. A iniciativa de criar esta foi oriunda de uma dissidência de alguns professores da escola particular local, em descontentamento com o método e a qualidade

de ensino desenvolvidos pela referida escola. Sabendo, das no
tícias altamente positivas sobre a nova forma de constituir es
cola, este grupo dissidente buscou novos aliados e partiu para
articularem a constituição da cooperativa de Ensino. O seu qua
dro social é de 125 associados.

A presidência da cooperativa e a coordenação pedagó-
gica da escola ficam sob a responsabilidade de Marta Vaz de Li
ma.

O colégio oferece o Jardim, o Pré-escolar e o 1º
Grau à cidade de Acreúna. Conta com um grupo de professores
que respondem às necessidades atuais e considera-se privilegia-
da por ter no período preparatório e na 1ª fase do 1º Grau pro
fessores com dedicação exclusiva à escola. Os recursos didáti-
cos estão sendo adquiridos aos poucos e já tem um pequeno labo
ratório adquirido com a ajuda dos associados e alunos e uma pe
quena biblioteca.

A filosofia da escola é amplamente divulgada e discu
tida com os alunos, professores e associados. Em toda a escola
há uma preocupação de afixar cartazes, lembrando os princí
pios cooperativistas relacionados à realidade. Tentam buscar
na prática a efetivação do processo de cooperação e participa-
ção envolvendo os pais nas atividades cotidianas da escola, co
mo forma de conscientização sobre o seu real compromisso com a
escola escolhida para seus filhos.

F) COOPERATIVA DE ENSINO DE PONTALINA (CEQ) mantenedora do Colégio Integração

Foi fundada em 1989. Seu presidente fundador foi o Sr Édson Guimarães e hoje, quem responde pela mesma é o Sr Paulo de Oliveira Pinto.

A escola, hoje, oferece aos alunos 08 (oito) computadores para aulas de informática, como atividade extra curricular. Para o exercício desta atividade investiu-se na capacitação de um elemento da escola para ministrar a contento estas aulas.

A direção desta escola é da responsabilidade do Sr João Coêlho, odontólogo na cidade. O serviço de coordenação pedagógica da escola deixa a desejar considerando que a administração da cooperativa ainda não localizou na cidade pessoa que possa responder pela função. A alternativa de buscar respaldo nas cidades vizinhas e capital não foi atendida em virtude de falta de clareza pedagógica a ser desenvolvida na escola.

Este ano a escola tem 237 alunos matriculados no 1º e 2º Graus. O seu quadro social é formado por 230 associados.

G) COOPERATIVA DE ENSINO DE EDÉIA LTDA (CEDEL) mantenedora do Colégio Cooperativa Educacional de Edéia

A cooperativa conta hoje, com 150 associados sob a

presidência do Sr Lourival Ferreira Araújo.

A escola funciona com 211 alunos matriculados em todos os níveis: do Jardim ao 2º Grau. Em virtude do pedido de demissão da diretoria da escola, hoje, a secretária geral acumula funções, respondendo também, pela direção da escola.

H) COOPERATIVA DE ENSINO DE JARAGUÁ (COENJA) mantenedora do Educandário Genius

Foi fundada em 1991 e hoje, conta com 122 alunos sendo 08 (oito) alunos em duas turmas de Jardim, 08 (oito) em duas turmas de Pré-escolar, 85 (oitenta e cinco) alunos de 5ª a 8ª série em dois turnos e 10 (dez) alunos nas três séries do 2º Grau.

O quadro social da cooperativa é composto de 160 associados. O seu primeiro presidente foi o Sr Edésio R. da Cunha Lima e a partir de 1993 quem responderá pela mesma será o Sr Antônio Eustáquio.

I) COOPERATIVA DE ENSINO DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL LTDA (CEFUNBB-GO) mantenedora do Colégio São Paulo

Fundada em 1992 com um quadro social de 300 associados a escola funciona com 552 alunos matriculados em todos os níveis: do jardim à 2ª fase do 1º Grau. A cooperativa é presi-

dida pela Sr^a Jane D'Alma A. Nesralla.

Observando os dados contidos no Quadro II, na pág. 29, a evolução das matrículas escolares em algumas escolas tem decaído. Podemos, assim, observar a Cooperativa de Quirinópolis, Cidade de Goiás, Acreúna e Jaraguá, no Gráfico I. Isto leva-nos a questionar a eficiência destas escolas frente à sua proposta de criação. Em contrapartida é visível que a nova forma de constituir escolas ganha adesão em todo o país. Podemos questionar se este movimento está associado a qualidade dos serviços das cooperativas de ensino ou se à falta de novas alternativas para a crise é que foi responsável pela criação de inúmeras cooperativas. O caso da Cidade de Goiás nos mostra claramente a carência de escolas, pois conta com vários colégios estaduais e apenas uma grande escola particular com 105 (cento e cinco) anos de tradição educacional na região. A sua clientela é a mesma da Cooperativa de Ensino - a classe média alta e a elite da cidade. E, qualquer problema da escola cooperativista afeta a credibilidade da nova experiência de ensino reforçando que o bom ensino encontra-se apenas nas chamadas escolas tradicionais. Já em outras cidades de concorrência é estritamente econômica. A demanda está no valor da mensalidade. Segundo depoimentos de pessoas envolvidas no processo, as escolas particulares só definem o seu valor após a decisão da Cooperativa de Ensino, estipulando valores inferiores, confirmando que na realidade a nova escola não é mais "barata". Por outro lado, a concorrência para obterem o melhor quadro de professores, acaba fazendo com que em todas as escolas da cidade o quadro profissional será o mesmo ou permanece a lacuna, por

ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

não se ter professores. Isto vem acelerar o risco da Cooperativa de Ensino permanecer ainda por um bom tempo aquém de uma proposta pedagógica eficiente.

A questão da avaliação também produz conflitos entre as diversas escolas do interior goiano. Aproximando-se o final do ano letivo a maioria dos alunos que sentem-se fracos em termos de suas notas, transferem-se para as escolas estaduais ou para outras escolas/empresas e negociam a forma de serem "recuperados". Vencida esta negociação de aprovação para o ano seguinte, o mesmo aluno volta a se matricular na Cooperativa, gerando problemas pedagógicos e administrativos. Isto demonstra que as Cooperativas ainda não tem definido critérios básicos de matrícula. A única exigência é que seus pais sejam associados e parece não ser suficiente para definir uma clientela com certa homogeneidade necessária a implementação de uma nova proposta pedagógica.

Estas colocações vem nos mostrar que a história destas Cooperativas está sendo construída no seu dia a dia. A sua presença nas comunidades com uma proposta de escola com natureza diferente, desperta interesses e questionamentos quanto a sua prática. É um projeto em construção. E Gadottil, esclarece que

a "educação está sendo descoberta como um local provisório, inacabado, precário, prolongamento de uma sociedade. E, descobrindo sua precariedade abre-se para o profissional do

ensino uma situação extremamente desconfortante e conflitante. (04)

Conseqüentemente, esta situação exigirá novas posturas e novas análises onde as

"mudanças irão operar-se por dentro pela evolução interna das contradições, no interior do sistema...

É uma guerra surda cotidiana, é, até certo ponto, inglória.

É o trabalho muitas vezes anônimo do professor, por exemplo.

A educação só pode ser transformadora nessa luta surda, no cotidiano, na lenta tarefa de transformação da ideologia, ... por que ela pode ser transformadora" por que o trabalho educativo é essencialmente político - e é o político que é transformador. (05)

A prática pedagógica do cooperativismo de ensino enfrenta rotineiramente alguns problemas básicos: em primeiro lugar a definição de uma proposta nova de escola em seguida a conquista da credibilidade em sociedade marcadas pela tradição e conservadorismo.

(04) GADOTTI, Moacir. Concepção dialética em educação, p. 160.

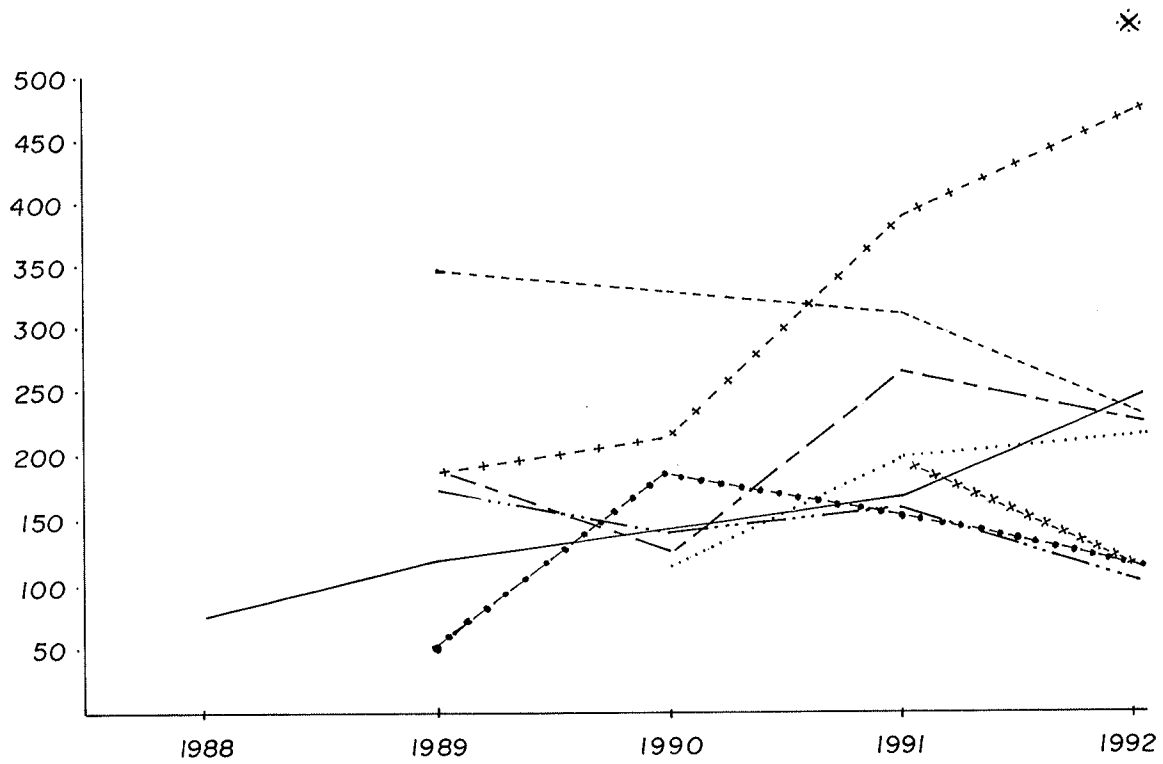
(05) Ibidem p. 162.

EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS NAS COOPERATIVAS DE ENSINO

	ITUMBIARA	QUIRINÓPOLIS	CIDADE DE GOIÁS	RIO VERDE	ACREÚNA	PONTALINA	EDÉIA	JARAGUÁ	GOIÂNIA
1988	81
1989	118	339	52	172	168	178	.	.	.
1990	145	327	181	207	146	137	112	.	.
1991	158	304	158	385	158	262	191	186	.
1992	249	225	135	460	110	237	211	122	552

FONTE: Secretarias das Escolas das Cooperativas de Ensino - Novembro/92

EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS NAS COOPERATIVAS DE ENSINO



FONTE: Secretarias das Escolas das Cooperativas de Ensino - Novembro/92

LEGENDA:

88	—————	Itumbiara
89	- - - - -	Quirinópolis
89	•-•-•-•-•-•-•-•-•	Goiás
89	+ - + - + - + - + -	Rio Verde
89	Acreúna
89	- - - - -	Pontalina
90	Edeia
91	x-x-x-x-x-x-x-x-x-x	Jaraguá
92	⊗	Goiânia

2.3 - A Estrutura das Cooperativas de Ensino

As estruturas existentes nas cooperativas tornam-se o seu grande poder no desenvolvimento de suas atividades. Porém, a nossa prática mostra-nos a dificuldade que os dirigentes encontram para efetivarem sua administração.

A cooperativa é composta de um quadro administrativo, quadro funcional e quadro social.

a) **Quadro Administrativo** - é composto pelo Conselho Diretor, Vice-presidente, Secretário, Tesoureiro e Conselheiros Fiscais. As Cooperativas dão preferência a estrutura presidencialista. O presidente se mantém na condição de homem forte, capaz de resolver todos os problemas da instituição. Muitas vezes os dirigentes eleitos assumem funções executivas e técnicas, apesar da ausência de formação profissional adequada. Seu aprendizado é longo e com elevado ônus à Cooperativa. Na medida em que alcança eficiência, isto é argumentado para sua perpetuação no cargo. Nas Cooperativas de ensino aparece um outro dado, às vezes desestruturador no processo ensino aprendizagem. É a falta de clareza do espaço de ação do presidente da Cooperativa e do diretor da escola.

b) **Quadro Funcional** - É composto pelo:

- Corpo Administrativo da Escola (Diretor, Coordenadores, Supervisores, Secretários, faxineiros, zeladores, etc.);

- Corpo docente;
- Corpo de funcionários.

São subordinados ao quadro administrativo da Cooperativa que apresenta, em geral, grandes dificuldades em entender o processo pedagógico da escola e as atribuições dos membros da Cooperativa.

c) **Quadro Social** - É composto por todos os associados da cooperativa. Apresenta-se no dia a dia como o dono e usuário da mesma, como direito garantido pela aquisição das quotas partes e pela condição de pai de aluno e que se submete as orientações da escola. Hoje, a grande dificuldade é fazer com que os pais visualizem os diferentes espaços: escola e cooperativa, não provocando entraves no processo ensino-aprendizagem na escola.

Como instrumento viabilizador, estatutariamente, sugere que cada cooperativa organize o seu **Conselho pedagógico** composto por associados com formação educacional, representantes de professores e da diretoria da cooperativa. A finalidade deste Conselho é acompanhar e avaliar o planejamento pedagógico e a realização dos conteúdos curriculares, visando assegurar a qualidade dos serviços prestados. Outro instrumento viabilizador e de caráter decisório tanto na vida da cooperativa como na da Escola são as **Assembléia Gerais** realizadas anualmente, ou quando julgarem necessária. A estrutura da escola é definida em estatuto e aprovado pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) como forma de oficialização e padronização do sistema es

colar. Porém, houve em todas as escolas uma preocupação em adequar suas grades curriculares aos interesses dos associados. Diante disto, a carga horária de algumas disciplinas foi aumentada, necessitando de um sexto horário/aula, diariamente. Aquilo que não foi permitido constar em grade curricular é programado em horários extras. Desta forma, as escolas oferecem computação, línguas, danças, datilografias e outras atividades que lhes convier. Aos alunos que necessitam de reforço em conteúdos específicos, os professores se organizam em forma de plantão na escola para atendê-los em suas dificuldades ou até mesmo acompanhar o desenvolvimento do aluno.

Esta estrutura de sobrecarga do aluno e do professor é considerada para alguns, como instrumento viabilizador e comprovador da qualidade de ensino e da eficácia dos administradores.

III - COOPERATIVA EXISTENTE NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS - COOPOMIL

HISTÓRICO

A Cooperativa de Consumo dos Servidores da Polícia Militar do Estado de Goiás Ltda, foi criada em 14 de março de 1986. Em homenagem à Polícia Militar de Goiás, pela passagem de seu aniversário, a Cooperativa abriu suas portas no dia 28 de julho de 1986. Começou suas atividades com instalações e parte do material cedidos pela Caixa Beneficente. Ainda no final do ano de 1987, graças ao trabalho eficiente do seu fundador e primeiro Presidente, Cel PM Lúcio Borges, bem como de sua Diretoria e Conselho Fiscal, a Cooperativa cresceu e atendeu bem os cooperados, chegando a contar com 14 funcionários, entre civis e militares. Daí destacar-se, já naquele período, o apoio, não só da Caixa Beneficente, mas também da Polícia Militar e da Academia da PMEGO. Em maio de 1987, em razão dos constantes atrasos do repasse devido a Cooperativa, chegando até 04 meses, teve que fechar suas portas por um mês. Resistindo as dificuldades provocadas pelos atrasos dos repasses, pelo alto custo de vida e pelos sucessivos planos econômicos do governo, que na sua maioria, só alimentaram as incertezas e a in

flação, a Cooperativa cresceu e cumpriu o seu objetivo social para com os seus cooperados. Sai o Cel PM Lúcio Borges e entra o Cel PM Raimundo Cardoso na presidência da COOPOMIL. Como a primeira, a segunda Diretoria também viveu as mesmas dificuldades, experimentou, inclusive, a amarga situação de ver a inflação e os juros consumirem o estoque e o capital, tendo de novo de fechar as portas, só reabrindo com a ajuda da CB e da PMEGO. No dia 1º de abril de 1992, a atual Diretoria e Conselho Fiscal, assumiram a direção da Cooperativa.

Hoje, a COOPOMIL conta com aproximadamente 1.400 cooperandos e vem num acelerado crescimento, onde sua Diretoria trabalha em prol de uma nova expansão, visando a criação de uma Cooperativa Habitacional e uma de Ensino.

3.1 - A Viabilidade de Implantação do Sistema Cooperativo de Ensino para Dependentes de Policiais Militares.

Após vários estudos, constatamos que já existe o interesse por parte da COOPOMIL em implantar a Cooperativa de Ensino para dependentes de Militares. Esta vem atender uma necessidade básica das famílias milicianas de um ensino de qualidade e de menor preço.

A Cooperativa de Ensino deverá estar ligado à COOPOMIL, pois esta já se encontra bem estruturada, com um número considerado de cooperados, com um estatuto em vigência.

Para a implantação dessa Cooperativa, o primeiro passo a se tomar é a convocação para uma **Assembleia Geral**. Onde serão convocados os cooperados já existentes e os demais integrantes da Corporação.

Este grupo após ser constituído, é estimulado a pensar e viabilizar ações tais como:

- Fazer o orçamento de gastos para a estruturação da Cooperativa e da Escola;
- Levantar os nomes de outros possíveis associados;
- Elaborar a documentação necessária para se constituírem cooperativa;
- Levantar as necessidades imediatas para criarem a escola;
- Realizar a Assembléia Geral Ordinária (AGO) para a provação do Estatuto da Cooperativa, definir a sua criação e eleger a sua primeira diretoria.

Cumpridos estes passos a cooperativa torna-se realidade. É a mantenedora de uma nova escola que busca uma educação com qualidade a preços módicos. Resta, agora, debruçar-se na constituição da Escola. A estrutura física, a organização dos processos de funcionamento junto ao Conselho Estadual de Educação e o recrutamento da clientela a ser servida continua sendo os motivos de reuniões e discussões. Nesta fase, um dos grandes problemas é o local de funcionamento da escola, onde, a APM poderia atender perfeitamente, como sede da Cooperativa de Ensino, evitando assim maiores gastos.

CONCLUSÃO

"... não é apenas uma necessidade de renovação teórica, de clarear idéias, mas antes de tudo, um caminho para redefinir nossas práticas e poder elaborar projetos educativos condizentes com a nova história que está sendo construída". (06)

Construir Cooperativas de Ensino é participar do seu projeto social como espaço de discussão, de definição de propostas condizentes com a doutrina cooperativista.

Criar o novo é estar aberto às mudanças. É poder ver com olhos críticos a ansiedade dos que as compõe, é abrir caminhos para que a utopia pedagógica destas escolas se revertem em projetos pedagógicos.

Há a necessidade de rastrear e burilar a vida diária

(06) SAVIANI, Demerval. Educação e cidadania: quem, p. 69.

destas escolas e retirar das entrelinhas e sutilezas os dados necessários para a definição de seu Projeto Pedagógico. É desta forma que se buscou elementos para serem trabalhados nesta pesquisa. Das escolas visitadas podemos citar fatos que nos conduzem a perceber que o trabalho pedagógico está presente. O coordenador pedagógico da Escola D, assim se expressa: Nós que remos uma aprendizagem global para o aluno atuar no meio social no qual ele é elemento modificador do mesmo. Queremos um cidadão capaz de atuar e transformar a sociedade em que está inserido e que seja consciente de sua responsabilidade.

Esta perspectiva de trabalho certamente é difundida nas reuniões de professores que com certeza serão levadas até aos alunos.

Hoje no país, o ensino passa por uma grande crise, onde o particular torna-se mais inacessível as classes menos privilegiadas e o público não consegue consumir a grande massa de alunos que o procuram.

A vantagem da Cooperativa de ensino é não visar lucro, oferecendo qualidade com menor custo.

Achamos que é através dela que viabilizaremos um ensino de bom nível aos membros da nossa Corporação.

BIBLIOGRAFIA

1. ARROYO, Miguel G. Educação para novas relações de trabalho no campo. (xerox s. ref.)
2. ASSOCENE. Repensando Paulo Freire, Recife, 1991. (artigo)
3. DEMARTINI, Zélia de Brito Fabri & LANG, Alice B. da Silva Gordo. Educação para o trabalho. Família e escola como agências educadoras. (xerox s. ref.)
4. FOLLMANN, José Ivo. Participação cooperativa e mudança social. Perspectiva Econômica. São Leopoldo (Série Cooperativismo, 6), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1980.
5. FRANTZ, Walter. Comunicação e educação em cooperativas re trospectiva histórica e importância atual. Perspectiva Econômica. São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1980.
6. _____ . Cooperativismo e a prática cooperativa. Perspectiva Econômica. São Leopoldo, Universidade do Rio dos Sinos, 1980.

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

7. FREIRE, Paulo Educação e mudança. 17ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.
8. GADOTTI, Moacir. Concepção dialética da Educação. Estudo introdutório. São Paulo, Cortez, 1988.
9. JORNAL COAMO. Cooperativismo escolar a revolução do ensino atual. Campo Mourão, Set 83.
10. JORNAL O COTRICRUZ. Cooperativismo nas escolas. Cruz Alta. Jan 83.
11. MAIA, Isa. Cooperativa e prática democrática. São Paulo Cortez, 1985.
12. SANTANA, Maria Rita. Escolas Cooperativas: Uma nova possibilidade para a educação verdadeiramente. JORNAL DAS COOPERATIVAS, Goiânia, Out 1989.
13. SAVIANI, Demerval. Escola e democracia. São Paulo, Cortez, 1989. Coleção polêmicas do nosso tempo.
14. SCHENEIDER, José Odelso. A Comunicação nas Cooperativas. Perspectiva Econômica, São Leopoldo. (série cooperativismo, 1).
15. _____ . Conteúdos das educação cooperativista. Perspectiva Econômica, São Leopoldo, 1979.